

RACISMO NA OBRA DE MANOEL BOMFIM

Gislania de Freitas Silva gislaniafreitas@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Larissy Leal Matias
larissyleal@hotmail.com
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Universidade Estaduai do Ceara, Brasil

RESUMO: Esta comunicação visa discutir o conceito de parasitismo social, pretendendo contribuir para o debate sobre racismo na obra de Manoel Bomfim. Ferrenho opositor do racismo científico, em voga na passagem do século XIX para o século XX, o autor apresenta uma compreensão diferenciada da formação da nação brasileira e da mistura de racial na composição da população brasileira.

ABSTRACT: This communication aims to discuss the concept of social parasitism, intending to contribute to the debate on racism on Manoel Bomfim's work. A relentless opponent of scientific racism, which was in force in the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, he presents a new kind of comprehension about the Brazilian nation formation and the miscegenation process that composed Brazilian population.

Palavras-chave: Parasitismo social. Racismo científico. População brasileira.

Keywords: Social parasitism. Scientific racism. Brazilian population.

1



I. Introdução

A presente comunicação é composta de observações preliminares de uma pesquisa em andamento¹ e se propõe a elucidar alguns aspectos da questão racial na obra de Manoel Bomfim, situando-o dentro de um debate nacional sobre raça e miscigenação em finais do século XIX e início do século XX.

Dialogando com o seu tempo, Bomfim foi um ferrenho opositor do racismo científico e enfatiza a herança colonial como causa principal dos problemas contemporâneos. Partindo do conceito de parasitismo social, o autor constrói uma análise inovadora do subcontinente sul-americano e de seus povos, uma vez que nega a primazia da raça na origem dos problemas sociais latino-americanos. Aponta o modelo espoliativo e predatório do regime colonial como as raízes sobre as quais se assentam os graves problemas sociais que enfrentam as jovens repúblicas, ademais do próprio modelo administrativo transposto das metrópoles para realidades tão distintas.

Durante boa parte do século XIX e início do século XX, a intelectualidade brasileira dedicou-se à árdua tarefa de compreender o enigma Brasil. Sociedade de composição étnica variada, a mestiçagem figura como um dos elementos centrais das análises de nossa sociedade. Manoel Bomfim, médico e pensador brasileiro, escreveu sua obra de estréia *A América Latina, males de origem* (1905) no momento de acirrada disputa ideológica entre intelectuais, que usavam, predominantemente, jornais para alardear sua erudição científica. O racismo científico era o lastro que validava o conhecimento e o que destoasse acabava sendo reputado como inferior, para dizer o mínimo. O autor lança-se à compreensão da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, não esquecendo os laços que nos ligam com os demais Estados nacionais e povos do continente. A explicação para o atraso reside em nossa constituição histórica colonial, não na matriz biológica que compõe o povo latino-americano. Reduzir a explicação a termos biológicos é deixar de lado o principal aspecto da composição dos problemas que nos afligem até os dias atuais: séculos de

-

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos das Nacionalidades, vinculado ao Observatório das Nacionalidades.



colonialismo político, econômico e cultural. Rompendo com o pensamento hegemônico, Bomfim lança sua tese de parasitismo social para refletir sobre a origem de nossos problemas sociais.

II. Considerações sobre o racismo no pensamento social brasileiro

Desde meados do século XVIII, produziram-se muitas narrativas fantásticas sobre a América e seus habitantes, que oscilavam ora para o Éden, ora para o inferno na Terra. O século XIX foi repleto de análises depreciativas sobre a América Latina, e as teorias e explicações sobre seu futuro funesto pululavam nos círculos acadêmicos europeus, num misto de fatalismo e desconhecimento, o que facilitou sobremaneira a ingerência de outras nações sobre as frágeis repúblicas americanas (BOMFIM, 2005; SCHWARCZ, 2012; SCHWARCZ & STELING, 2015).

No Brasil, essas ideias encontraram solo fértil e diversos estudos versavam sobre a mestiçagem e os malefícios decorrentes para a formação do povo brasileiro. Muitos intelectuais, como Silvio Romero, Tobias Barreto e Nina Rodrigues, se entregaram com avidez a produzir conhecimento sobre a sociedade brasileira e os problemas advindos da mistura racial e as possibilidades de fugir da degenerescência a que estavam fadados pela miscigenação. Tal suposto baseava-se em teorias científicas que atestavam a superioridade biológica e cultural dos povos europeus e, em contrapartida, o rebaixamento de todos os saberes produzidos em outras plagas por povos com distintas práticas sociais e culturais (SCHWARCZ, 1998).

Atualmente, importantes esforços têm sido empreendidos para esclarecer a problemática do racismo e da escravidão nas sociedades modernas e, um dos aportes teóricos mais interessantes é proposto por Carlos Moore (2007), ao estender a discussão para além da modernidade ocidental. O autor faz uma análise histórica e apurada das questões contemporâneas que dizem respeito ao racismo e a construção das bases das relações raciais contemporâneas, situando essas relações no contexto da história mundial e no desenvolvimento da espécie humana. Recoloca a problemática da formação histórica do racismo e questiona a relação que se tenta constituir hoje entre o racismo e a modernidade ocidental por causa da ideia de raça, que teria dado a base científica às raízes do racismo. Ele defende a tese de que o racismo não se estrutura em torno do conceito biológico de raça, nem a partir da escravização dos africanos, mas sim a partir de um dado universal inegável, o



fenótipo; e têm uma carga histórica maior que os pouco mais de quinhentos anos da supremacia ocidental sobre o resto do mundo.

Moore aponta que o racismo é uma secreção histórica, portanto um elemento permanente da sociedade, e não uma construção ideológica facilmente reversível, nem muito menos uma anomalia psicológica; trata-se de uma forma de consciência historicamente conformada que, ao longo dos séculos, se tornou num sistema perfeitamente racional, baseado na procura, posse dos recursos da sociedade e na sua distribuição seletiva e desigual segundo o pertencimento a um ou outro "segmento fenotípico" (raça). Sendo assim, um sistema de poder total, que se exerce por meio do controle, das instâncias políticas da sociedade, o qual permite à raça dominante determinar as regras de como deve funcionar a economia, e, portanto, de como devem ser distribuídos os recursos: para o benefício exclusivo ou predominante do segmento fenotípico que desfruta do poder, e para o prejuízo total daqueles segmentos fenotípicos que são excluídos dele.

Diante do exposto, podemos perceber como a raça é um fator estruturante das sociedades contemporâneas e, presente no cerne da empreitada colonial, persiste como elemento organizador das mesmas. O descobrimento e a invenção da América foi o ponto fundante da modernidade/colonialidade. A estruturação da divisão do trabalho no que tange à produção intelectual – o Sul que fornece experiências e o Norte que as analisa e teoriza sobre essa realidade – foi fator determinante para o fortalecimento de relações sociais perpassadas pela colonialidade do poder. O racismo científico é um exemplo dos mais icônicos da construção de um outro colonial. "A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder, do saber e do ser" (BALLESTRIN, 2013, p. 101).

Com efeito, as sociedades modernas e seus sujeitos estão alicerçados numa *episteme* binária e excludente. De um lado, a razão, a ciência, a branquitude. Do outro, a irracionalidade, o incompleto, a negritude (FANON, 1968; 1972). A modernidade ocidental é, em suas origens, colonialista, e o saber engendrado em seu bojo traz consigo invisibilidades ao instituir o primado da razão e da ciência como saberes legítimos e verdadeiros, desqualificando, dessa forma, tudo o que não passe pelo crivo desse novo modelo de racionalidade, que se impõe como o único instrumento



válido para a compreensão do mundo social e da natureza. O eurocentrismo e seus universalismos forjam a matriz cultural sobre a qual se assenta a agenda cultural do sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2001; 2007).

Rompendo com o pensamento hegemônico em sua época, Bomfim lança sua tese de parasitismo social para explicar o nosso atraso em relação às demais nações e a origem de nossos problemas sociais. Longe da degenerescência racial, as raízes de nossos males eram bem mais profundas, ligadas ao modelo espoliativo e predatório de colonização, sendo as jovens repúblicas latinas e o império brasileiro herdeiros das mazelas institucionais de Espanha e Portugal.

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui — pois não vêm para trabalhar - escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalcitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismos social mais completa, no dizer de Vandervelde. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comercio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo o mundo vive dessa riqueza, ou diretamente — explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma (BOMFIM, 2005, pp. 128-129).

A América Latina: males de origem é singular tanto no tocante ao contexto em que foi escrita como no âmbito da produção teórica de Manoel Bomfim. Escrita com bastante refinamento e forte aparato histórico e documental, não deixa de saltar aos olhos do leitor mais atento a indignação contida em cada palavra. Foi uma resposta efusiva e contundente aos agravos repetidos pela intelligentsia, tanto nacional como internacional. Sob o lastro da ciência, repetiam-se os argumentos racializados presentes desde o início da empreitada colonial. Bomfim não somente nega a episteme eurocêntrica como propõe, ao longo de sua carreira de escritor e docente, projetos para a construção coletiva de um Brasil verdadeiramente republicano e democrático.

Manoel Bomfim lança-se a compreensão da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, sem esquecer os laços que nos ligam com os demais Estados nacionais e povos do continente. A explicação para o atraso reside em nossa constituição histórica colonial, não na matriz biológica que compõe o povo latino-americano. Reduzir a explicação a termos biológicos é deixar de lado o principal aspecto da composição dos problemas que nos afligem até os dias atuais: séculos



de colonialismo político, econômico e cultural. "Exploradas pelo mercantilismo voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender" (BOMFIM, 2005, p. 54).

Imbuído do esforço de desfazer os maus entendidos sobre o continente, Bomfim também rejeitava o termo América Latina que, em sua concepção, serve tão somente para uma designação geográfica para contrapor à América inglesa. Destacava que éramos chamados de latino-americanos pelos que olham e falam de fora, colocando sob a mesma rubrica povos que, apesar de compartilhar características forjadas no bojo da empreitada colonial, possuem singularidades. Para ele, essa tentativa de uniformização, assentado em desconhecimento, má vontade e preguiça, encobre as particularidades dos povos e nações.

Assim se gerou a noção – facilidade na ignorância, mas que se firmou, porque tem expressão sonoramente enfática, nítida, bem destacável na erudição pretenciosa, fácil ao manejo das sociologias curtas, em que são maltratados e aviltados os crioulos destas bandas (BOMFIM, 1997, p.32).

II. Raça e racismo na obra de Manoel Bomfim

Manoel Bomfim se apresentou como um escritor caracterizado por uma "dramatização discursiva" que nos faz ver e refletir o Brasil a partir de outras matrizes pouco comuns à época, a exemplo da metáfora parasitária. Em sua explanação, os males que nos angustiavam não eram reflexos de nossa composição étnica, climática ou de uma suposta inferioridade racial, mas sim do parasitismo das metrópoles sobre a "História das nacionalidades sul-americanas" (BOMFIM, 2005, p. 181). Juntamente a este aspecto, compreendia ser necessário avaliarmos outros elementos que competiam para a formação do "caráter desses povos", como a educação. Assim, para o Brasil se tornar um país democrático, acreditava ser indispensável investir na educação, acabando com os ideais darwinistas de seleção natural e superioridade da raça presentes entre os intelectuais contemporâneos.

Entretanto, ao analisar suas discussões sobre a escravidão e o regime escravista, o autor traz inovações em vários pontos, mas acaba em última instância combinando com outras explicações implantadas no pensamento hegemônico. O agir parasitário sugerido por Bomfim era algo já trabalhado por outros autores no que diz respeito à sua essência, ou seja, à lógica do não trabalho.



Tal pensamento é ponderada por Bomfim através do conceito de parasitismo "social", assim a compreensão do conceito de parasitismo "social" é fundamental para compreender a leitura do autor do regime escravista e da escravidão.

A metáfora do parasitismo advém das ciências biológicas, Bomfim explica que nas sociedades humanas existem grupos parasitados e grupos parasitários e que, como na biologia, os primeiros sustentam os segundos. Porém, ele está atento para as insinuações de tal conceituação fundada neste tipo de metáfora e diz:

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse velo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades — digamos os grupos sociais — como organismos vivos, sujeitos por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. (BOMFIM, 2005, p. 17)

O *parasitismo social* é uma forma de organização social onde um grupo ou uma sociedade vive da exploração de outros grupos e/ou sociedades. Ou seja, um grupo vive à custa de um "hospedeiro" e tal prática, além de alterar o organismo parasitado, o "hospedeiro", também resulta na alteração do parasita, pois este perde a capacidade de viver por si próprio.

Assim, para Manoel Bomfim, a colonização da América Latina se deu dentro da lógica do parasitismo. Os países ibéricos viviam definitivamente da exploração de suas colônias, especialmente as americanas. E esse processo de viver "parasitário", seria algo antecessor aos países ibéricos. Para o autor, a lógica colonial ibérica, transmitida como herança cultural aos países latino-americanos, estaria presente no seguinte raciocínio: "(...) tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até sua origem, e por isso pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira (...)" (BOMFIM, 2005, p. 139). Tal fato típico, para Bomfim, do ethos guerreiro, do saque, da pilhagem, no acesso ao sedentarismo, apareceria no parasitismo, onde vigoraria o saque, a pilhagem do trabalho alheio – a escravidão. Essa seria o marco central da lógica parasitária numa sociedade sedentária.

Com efeito, seguindo a argumentação de Bomfim é possível localizar a ideia da escravidão como um dos males de origem da América Latina. Deste modo, sua leitura da escravidão e do



regime escravista é muito próxima àquela realizada por Joaquim Nabuco, entre outros autores. Bomfim está definitivamente preocupado com os "efeitos" da escravidão sobre a constituição do país, como ela impõe à nação uma lógica parasitária. Pois, "só o escravo trabalhava, só ele era produtivo (...). E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição." (BOMFIM, 2005, p. 91) Esta ideia de viver e enriquecer sem nada fazer é a lógica do não trabalho, a lógica parasitária. A afirmação da lógica parasitária seria a grande herança da escravidão ao país e este estaria vinculado a outros efeitos nocivos.

Os designados efeitos nocivos da escravidão se estabeleceram como tema central para Bomfim. Ao disseminar a lógica do não trabalho, a escravidão construiu uma visão pejorativa do trabalho, especialmente do trabalho mecânico. Visão negativa espalhada em todos os setores da sociedade, levando os indivíduos a buscarem, sempre que possível, meios de sobreviver e viver pelo não trabalho. A escravidão, por estabelecer esta lógica, é vista pelo autor em questão como uma das, senão a principal, razão do "atraso" do Brasil.

Diante disso, Bomfim toma parte nas discussões sobre a formação da população brasileira e, diferente da maioria de seus contemporâneos (SCHWARCZ, 1993, 2002; AGUIAR, 2000), defende que, longe de gerar degenerescência, a junção das três raças que compõem o Brasil é algo vantajoso.

O Brasil se fez à custa de desenvolvido cruzamento, em que entraram, finalmente, as três raças humanas extremas. Se se admite qualquer inconveniente em tais cruzamentos, há que admitir, com isto, que a nação brasileira está radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem.

Há muito quem assim o julgue; mas toda a argumentação contra o nosso caso vem das pretensas teorias de superioridades das *raças puras*, com um mendelismo mal assimilado, e em que se afirma não poder formarem-se raças estáveis, provindas de cruzamento (disjunção mendeliana). Ora, tudo isso é teorização a rever. E, sem receio de desmentido valioso, pode-se admitir que o cruzamento, nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem (BOMFIM, 1997, p. 167. Grifos do autor)

De fato, Bomfim analisa as diversas funções biológicas reprodutivas dos seres vivos – plantas e animais – para concluir que a "mistura" é fator de fortalecimento das espécies. "O progresso resulta da fusão dos elementos dessemelhantes" (BOMFIM, 1997, p. 174). Dessa forma,



recusa os estudos que tem por base os experimentos de Mendel e aponta as limitações de transpor de maneira simplória os estudos mendelianos para a espécie humana e, mesmo "mendelianos competentes" tiveram que aceitar que não era possível generalizar o estudo de Mendel².

Nestes casos, quando se trata de caracteres simples e nitidamente contrários, há aquela distribuição tão citada, e a necessária disjunção nos descendentes; mas nos casos de caracteres complexos e múltiplos, como na espécie humana, realiza-se a chamada *herança misturada*, isto é, em que os caracteres se combinam numa forma intermediária. Foi mesmo esse cruzamento que obrigou os mendelistas a admitirem uma tal forma de herança (BOMFIM, 1997, p 175. Grifos do autor).

De seus estudos históricos, aponta que, nas sociedades humanas, mesmo as mais "primitivas", percebeu-se que a endogamia tende a gerar, com a passar das gerações, indivíduos cada vez mais fracos e débeis.

A demonstração definitiva contra a decantada *pureza de sangue* se encontra no fato de verificação universal: a degradação, com extinção gradual das famílias que, por preconceito aristocrático, se fecham e se isolam, não admitindo uniões senão nos círculos dos parentes. Desde o patriarcado romano, ou antes, na Grécia clássica, até as empertigadas famílias da *Mayflower*, essas gentes têm patenteado perda de vitalidade orgânica e incapacidade de progresso em competência com os rivais (BOMFIM, 1997, p. 174. Grifo do autor).

Bomfim não reputa cientificidade às teorizações racistas que, em sua perspectiva, não passam de preconceitos.

Tudo isto interessa-nos especialmente, porque, dado o preconceito que distingue a espécie humana em *raças superiores* e *raças inferiores*, é fatal que haja etnólogos pedantes para condenar os cruzamentos entre umas e outras, como prejuízo das *superiores*. A argumentação não tem mais valor que de um preconceito. As críticas e as condenações referem-se, muitas vezes, explicitamente, à população brasileira, cruzada na sua maior parte (BOMFIM, 1997, p 177. Grifos do autor).

Levando em consideração o contexto em que escreveu e seus interlocutores³, as afirmações de Bomfim de que a mistura racial além de benéfica fortalece a população, avançam no sentido de

-

² Gregor Michael Mendel (1822 – 1884) desenvolveu a teoria da transmissão dos caracteres hereditários, conhecidas como Leis de Mendel.



desmascarar o discurso racista e acrescenta que, mais importante que o cruzamento biológico, foi o cruzamento das tradições promovido nesse encontro. Afinal, desfazendo e refazendo, formaram-se novas tradições, novas instituições sociais.

É a mobilidade geral dos espíritos, desde que, numa mesma sociedade, se aproximam e se misturam gentes feitas em civilizações diferentes: chocam-se as respectivas tradições e sobrevém um como que abalo de toda a organização social preexistente em cada um dos grupos misturados. (...). Pouco importa que haja, ou não, luta entre os povos aproximados, que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora: dado o encontro de tradições há, necessariamente, o influxo recíproco, cujo primeiro efeito é a quebra da coesão primitiva em cada um dos povos, um começo de desagregação social por onde se insinuam as energias reformadoras – instinto de imitação,, sugestões mútuas, fórmulas orientadoras, novas realidades a utilizar... (BOMFIM, 1997, p. 185).

Manoel Bomfim rejeita não só as afirmações e "ciências" assentadas na ideia de raça como rechaça, veementemente, toda teoria que afirma existir povos superiores e povos inferiores, que pretende com "cientísmo" perpetuar preconceitos. Por fim, nos insta que conheçamo-nos e que aceitemos nossa condição de povo mestiço e trabalhemos para construir uma "(...) nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos" (BOMFIM, 1997, p. 195).

³ Basta lembrar-se de Sílvio Romero, conhecido polemista e difusor das teses racistas no Brasil, que escreveu a obra *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* (1906).



IV. Considerações finais

Como considerações preliminares de uma pesquisa em andamento, apontamos que Bomfim tomou parte dos debates correntes em sua época, respondeu de maneira diversa à problemática da mestiçagem e suas consequências para a nação brasileira. Em seu estilo eloquente e sem meias palavras, apontou como o racismo era empregado com fins políticos de dominação de uma nação sobre outra (BOMFIM, 2005).

Em sua análise da formação das sociedades latino-americanas e da brasileira em particular, buscou evidenciar elementos de ordem histórica e social, como a escravidão e a persistências das relações parasitárias entre as ex-colônias e suas antigas metrópoles e com as novas potências imperiais. Imbuído da noção de progresso, em voga nos círculos científicos de então, aponta como obstáculos a serem superados para seguir em direção ao futuro republicano e democrático, raízes políticas profundamente entrelaçados com o passado colonial e reproduzida "como programa" pelas elites nacionais. Para isso, era necessário educar as crianças e jovens, bem como os professores, para o conhecimento de nossa história e cultivar o "espírito patriótico" para a construção de projetos coletivos e que visem mitigar as desigualdades sociais.

Ademais, na atualidade, assistimos estarrecidos a erupção de manifestações racistas em diversas partes do globo. Retomar a obra de Manoel Bomfim pode ser útil para compreender como se consolidou, na sociedade brasileira, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e, a partir disso, servir como subsídio teórico para estratégias de enfrentamento, coletiva e individualmente.



V. Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BOMFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. [1929]

______. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. [1905]

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: LANDER, Edgard (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

______. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

______; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico & Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_. O universalismo europeu: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.